



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos nove dias do mês de maio do ano dois mil e treze, realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Segunda Sessão Extraordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 2, de 2013. Às 19h30, feita a primeira e única chamada nominal dos Senhores Vereadores pelo Secretário, nos termos do disposto no art. 118 da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15) e Waldemar Marcurio Filho (16), e a ausência da Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Cumprindo o dispositivo regimental sob nº 117, § 3º, o Senhor presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da 13ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de maio último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Vereador Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Posto isto, conforme o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disposto no Parágrafo único do art. 106 da já citada Resolução, convidou o Vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, o Senhor Presidente passou imediatamente à parte reservada à “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa a seguinte matéria: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 32, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.219.500,00. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e de Educação, Saúde e Assistência Social. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 32, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 25, de 2013, de autoria do Vereador Luiz Antônio Guarnieri “instituinto no calendário do Município de Mogi Mirim, a “Semana da Equitação e Hipismo Rural”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 25, de 2013, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 3. Projeto de Lei nº 28, de 2013, de autoria do Vereador Cinoê Duzo “instituinto a Semana Municipal dos Profissionais de Educação Física e de Combate ao Sedentarismo em Mogi Mirim”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 28, de 2013, do Vereador Professor Cinoê Duzo, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 4. Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2013, de autoria da Mesa da Câmara “dispondo sobre a criação, extinção e aumento de referência de cargos efetivos e em comissão da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por 13 votos favoráveis e 2 votos contrários dos Vereadores presentes, o Projeto de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 5, de 2013, da Mesa da Câmara, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). Esgotada a pauta, o Senhor Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme arts. 114 e 115 do Regimento Interno vigente, e facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. A primeira interessada em discursar, Vereadora Dayane Amaro Costa, saudou os presentes e comunicou que fez pedido ao Deputado Federal Ricardo Trípoli para assistência aos animais do Município e hoje veio a resposta de aprovação do Deputado em R\$ 50 mil, relativos à verba para o controle populacional de cães e gatos. Ontem, conversou com o Deputado, que irá dialogar diretamente com o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp e mostrar as ações que quer tomar no Município de Mogi Mirim. Disse que iria fiscalizar para que a verba fosse bem empregada e contou com a ajuda dos demais Vereadores para tal causa. Em seguida solicitou ao Presidente da Casa a colocação de piso tátil na Câmara, para pessoas com deficiência. Quanto ao intérprete de libras, a Câmara já estava viabilizando o assunto, atendendo a mais um pedido seu. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira foi à tribuna para explicar que votou contrariamente ao projeto de lei complementar apenas porque era contrária à criação de um Assessor Técnico, porque não ficou clara qual seria a real função do cargo e ainda menos sobre a legalidade do cargo em comissão. No tocante aos outros dispositivos do citado projeto, disse ser a favor, mas aquele primeiro fato prejudicou a aprovação por completo da matéria. Por fim, avisou o Presidente que se assegurasse para que a matéria não fosse contestada no âmbito Judiciário. Posto isto, encerrou a sua participação. O Vereador Luís Roberto Tavares foi à tribuna para saudar os presentes e comunicar que houve reunião da Comissão de Vias e Logradouros Públicos, com poucos presentes. Como demorou muito para chegar o ofício com os nomes de ruas, todos foram cientificados e haveria uma divisão correta e justa entre os Vereadores da Casa, porque houve uma vez, em 2005, que uma só Vereadora nomeou 37 ruas, o que foi injusto, a seu ver. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para saudar os presentes e reiterou sua posição contrária ao projeto de lei



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

complementar, em segundo turno. Justificou o seu voto contrário à criação do cargo comissionado de Assessor Técnico de Presidente, mas a favor do aumento de duas referências a todos, a criação do cargo de Procurador Jurídico por concurso e a extinção do antigo cargo. Assim, como o destaque não foi aprovado, se viu obrigada a votar contra todo o projeto. Por fim, falou da contratação temporária de Maria Helena, antiga funcionária da gestão Carlos Nelson Bueno, hoje atuando na Câmara e fez questão de deixar frisado que não foi convencida de importância do cargo de Assessor Técnico da Presidência e da Mesa e, portanto, votou contra. Na sequência, assumiu a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, que justificou o seu voto favorável ao projeto de lei complementar, para que a Câmara não retroceda mais e modernize seus serviços e pessoal. Então, parabenizou o Presidente pelas novas medidas e desejou sucesso em sua gestão e disse ser a favor das contratações de obras e serviços para o prédio e compra de automóvel. Disse que não existia o fato de “ser a favor, mas votar contra” e que sempre seria coerente em suas posições. Por fim, parabenizou o Prefeito pelo Baile organizado pelo Fundo de solidariedade e congratulou-se com os Conselheiros diplomados para atuar no Conselho Tutelar e esteve com o Deputado Paulo Freire, Presidente do PPS que se vinculou um novo partido e concitou os políticos descontentes a migrar para essa nova sigla, porque não iria perder o mandato. Ato contínuo, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para discorrer sobre o novo cargo de Assessor Técnico do Presidente - um cargo político, com funções idênticas às do Chefe de Gabinete, para ajeitar a vida de alguém, a seu ver - e disse ser favorável ao cargo concursado, cujo ocupante seria lotado por méritos próprios, como será o cargo de Procurador Jurídico. Para ele, a criação dos dois cargos exigia dois processos distintos, para que os Vereadores pudessem votar mais à vontade. Em seguida, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre os dois cargos criados hoje. Disse que não iria se alongar no assunto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque tudo estava explicado, e com o aval da Promotoria Pública, incluindo os custos dos dois novos cargos, que somavam o custo daquele único cargo que foi revogado na noite de hoje. Assim, não havia problemas e isso serviria não só para o atual Presidente, mas para os próximos. Em seguida, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni foi à tribuna para argumentar que julgava injusto que as ausências nas sessões ordinárias sofressem desconto no subsídio, enquanto que as ausências nas sessões extraordinárias não sofriam penalidade financeira. Então, propôs um banco de sessões para Vereadores, onde a presença em sessões extraordinárias poderiam suprir as faltas em sessões ordinárias. O Presidente assentiu: “Verdade, bem colocado.” Em seguida, como líder, assumiu a tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa comentou sobre as respostas que recebeu do Executivo às suas arguições e proposituras. Uma delas disse respeito ao projeto encaminhado em forma de minuta, solicitando a colocação de banheiros químicos adaptados em cada evento, e a resposta foi favorável, e as adequações seriam feitas para os próximos eventos. A outra resposta se referiu aos gatos com pacientes portadores de doenças cardiovasculares, e o Departamento de Saúde explicou que existia um banco de dados e que o assunto poderia ser melhor discutido com o Diretor de Saúde. Em seguida, parabenizou o Prefeito Municipal sobre o sucesso do baile ocorrido durante a semana e que contou com a presença de muitas autoridades. Posto isto, encerrou a sua participação. Os demais oradores regularmente inscritos desistiram de discursar. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 20h10, determinando a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A